

Uma tradução decolonial do romance *Úrsula* (1859) para o espanhol em contexto latino-americano

A decolonial translation of the novel *Úrsula* (1859) into Spanish in a Latin American context

Aline de Freitas Santos ¹

UEFS

Elaine Cristina dos Santos Costa ²

UFPE

Leila Shaí Del Pozo González ³

UNIOESTE

Resumo: Maria Firmina dos Reis, autora afro-brasileira, publica em 1859, o romance abolicionista, *Úrsula*. O livro é o primeiro publicado por uma romancista negra na América Latina. No entanto, apenas em 2021, foi publicada uma versão em inglês, traduzida por Cristina Pinto-Bailey. No artigo, apresentamos reflexões a partir da tradução coletiva interinstitucional, em andamento, ao espanhol, do romance, sob as bases da tradução decolonial (Fleck, 2023). As reflexões resultantes desse estudo versam sobre a postura e a prática do tradutor, além de trazer exemplos práticos, a partir da experiência desta tradução decolonial, ao tempo que revela os critérios, as tomadas de decisões, o cuidado com o manejo dos marcadores culturais, entre outros aspectos. Do ponto de vista metodológico, para a realização da tradução foram estabelecidos critérios baseados nos parâmetros, a saber: hermenêutico, histórico, discursivo, interpretativo etc. No que tange aos pressupostos teóricos, baseamo-nos em estudiosos da tradução, tais como Aubert (1995; 2006); Fleck (2023); Derrida (2005); Venuti (1992);

¹ Professora Adjunta do Departamento de Educação da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). Docente do Programa de Pós-graduação em Estudos Linguísticos - PPGEL (UEFS). Mestre e Doutora em Estudos Linguísticos, com ênfase em Estudos da Tradução (PPGEL/UEFS/FAPESB). É Coordenadora do Projeto de Pesquisa intitulado Estudo de Marcadores Culturais em obras literárias brasileiras traduzidas. Desenvolvedora do Repositório Digital da Tradução de Macunaíma (<https://tradmacunaima.com/>). É Professora Colaboradora do Núcleo de Tradução (TRADUCI) coordenado pela Profa Dra. Shirlei Moreira; do projeto Cacimba de histórias: Vidas e Saberes dos Contadores de Histórias Tradicionais do Interior da Bahia, sob coordenação da Profa. Ana Jaci Mendes; e do Grupo de Pesquisa Resignificações do passado na América, coordenado pelo Professor Dr. Gilmei Francisco Fleck, na Unioeste do Paraná (CNPq). Universidade Estadual de Feira de Santana. Email: afsantos@uefs.br.

² Professora Adjunta - Língua Espanhola/Linguística da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Doutora e Mestra em Estudos Linguísticos - FAPESB/CAPEs (UEFS). Autora e coordenadora do Projeto de Pesquisa Traduzir para Transformar (UFPE), pesquisadora do Núcleo de Estudos Interdisciplinares em Humanidade Digital (NEIHD/UEFS) e membro do Grupo de Pesquisa "Resignificações do passado na América: processos de leitura, escrita e tradução de gêneros híbridos de história e ficção - vias para a descolonização" da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE) -PR. Universidade Federal de Pernambuco. Email: elaine.ecsc@ufpe.br.

³ Professora colaboradora no curso de graduação em Letras na Unioeste/ Cascavel-PR. Estudos de Pós-doutorado em andamento, com o título: Encenar a teoria: edição ampliada e traduções para espanhol e inglês da obra de Fleck (2017) - diálogos sobre tradução decolonial. Doutora e Mestre em Letras pelo Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu da UNIOESTE. Participante do projeto de pesquisa - Resignificações do passado na América: leitura, escrita e tradução de gêneros híbridos de história e ficção vias para a descolonização, coordenado pelo Professor Dr. Gilmei Francisco Fleck (CNPq), nas linhas de pesquisa b- Releituras da história pela ficção: estudos comparados; c- A tradução no espaço latino-americano: práticas tradutórias e sua importância. Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Email: leilashai@hotmail.com.

1995; 2019) entre outros. Acreditamos que, desse modo, a movimentação teórica contribua ao desvendamento das enraizadas ações colonizadoras operadas desde os espaços de poder no nosso contexto, perpetuada ao longo dos séculos, com a subsequente manutenção das influências e dos modelos forâneos postos à disposição de nosso público leitor.

Palavras-chave: Tradução de *Úrsula* (1859); Tradução decolonial (Fleck, 2023); Espanhol; Postura do tradutor; Prática Tradutória.

Abstract: In 1859, Maria Firmina dos Reis, an Afro-Brazilian author, published the abolitionist novel, *Úrsula*. The book is the first published by a Black female novelist in Latin America. However, only in 2021 an English version was published, translated by Cristina Pinto-Bailey. This article shares reflections from the ongoing interinstitutional collective translation of the novel into Spanish, based on the principles of decolonial translation (Fleck, 2023). The reflections resulting from this study address the translator's posture and practice, as well as providing practical examples from the experience of this decolonial translation, while revealing the criteria, decision-making processes, care in handling cultural markers, and other aspects. From a methodological point of view, criteria were established for the translation based on the following parameters: hermeneutical, historical, discursive, interpretative, etc. Regarding theoretical assumptions, we base ourselves on translation scholars such as Aubert (1995; 2006); Fleck (2023); Derrida (2005); Venuti (1992; 1995; 2019), among others. We believe that, in this way, the theoretical movement contributes to unveiling the deeply rooted colonizing actions operated from the spaces of power in our context, perpetuated throughout the centuries, with the subsequent maintenance of foreign influences and models made available to our readership.

Keywords: Translation of *Ursula* (1859); Decolonial translation (Fleck, 2023); Spanish; Translator's stance; Translation practice.

Submetido em 2 de março de 2026.

Aprovado em 21 de julho 2026.

Introdução

Úrsula (1859; 2018), de Maria Firmina dos Reis é considerado um romance de duplo pioneirismo por ser o primeiro escrito por mulher negra, do Brasil e da América Latina, além de ser uma publicação pró-abolicionista escrito em uma sociedade escravocrata, quando as poucas publicações que existiam ainda passavam pela censura. Ter em consideração esses aspectos é fundamental, pois atesta a ativa presença de vozes silenciadas em um continente que era marcado pela chaga da escravização. *Úrsula* (1859; 2018), por outro lado, comprova a resiliência de uma escritora maranhense afro-brasileira, intelectual que se atreve a publicar em um espaço masculino, em um contexto em que muitas mulheres eram analfabetas, inclusive as brancas, e as poucas com conhecimentos da escrita só poderiam entrar no círculo mediante o uso de um pseudônimo.

Dentre outras particularidades sobre o romance, podemos destacar que, conforme aponta Miranda (2017), a obra de Reis, diferente de outros textos, consegue romper a visão hegemônica construída sobre os africanos e seus descendentes no século XIX, pois, na tessitura do relato,

mostra cada uma das suas personagens negras “como ‘pessoa’, como agente portador de memórias vivas da experiência de antes da diáspora, sujeito de afeto imbuído de princípios éticos” (Miranda, 2017, p. 49). Desse modo, o romance de Reis (1859; 2018) é importante e deve ser destacado não apenas pela autoria feminina negra brasileira, não só pelo fato de ser o primeiro romance de autoria marginalizada no Brasil e na América Latina, mas pelo ineditismo, a abordagem diferenciada ao tema, a força política da obra. No entanto, até o momento, desde 2021, contamos apenas com a versão desse romance ao inglês, efetivada por Cristina Ferreira Pinto-Bailey.

Desde o plano acadêmico, cientes do labor indispensável da tradução como chave que destrava o acesso de conhecimentos para certas comunidades que, de outro modo, não seria possível conseguir pela barreira linguística, a equipe de tradução coletiva, do grupo de pesquisa “Ressignificações do passado na América: processos de leitura, escrita e tradução de gêneros híbridos de história e ficção – vias para a descolonização”, decidiu traduzir, sob o viés decolonial, o texto de Maria Firmina dos Reis, *Úrsula* (1859). A ação partiu de uma proposta interinstitucional entre a Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste) e a Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), cuja tradução se direciona às línguas castelhana e francesa para sua divulgação da obra de Reis (1859) fora do Brasil. A circulação internacional desse romance oitocentista auxiliará na construção do conhecimento do público em relação à formação da História da Literatura Latino-americana, resgatando uma obra primogênita para estudos posteriores sobre ela e seu significado para a História da Literatura no nosso continente.

No presente artigo oferecemos reflexões sobre a tradução coletiva do romance *Úrsula* (1859; 2018), de Maria Firmina dos Reis, ao castelhano, que se encontra em andamento e sendo realizada sob os fundamentos da tradução decolonial (Fleck, 2023). A seguir, apresentamos, na primeira seção, a perspectiva desta teoria. Na segunda, elencamos os parâmetros e critérios da tradução decolonial estabelecido pelos tradutores. Na sequência, compartilhamos amostras da tradução em andamento do romance *Úrsula* (Reis, 1859), e, finalmente, expressamos nossas conclusões. Esperamos, desta forma, contribuir com os estudos de tradução, trazendo caminhos para os tradutores, sob o olhar da tradução decolonial.

1 Perspectiva da Tradução Decolonial: uma proposta interinstitucional do grupo de pesquisa “Ressignificações do passado na América: processos de leitura, escrita e tradução de gêneros híbridos de história e ficção – vias para a descolonização”

Esta seção fornece uma breve abordagem à história da formação da literatura latino-americana. A partir disso, apresentamos argumentações teóricas que discorrem sobre a decolonialidade com o intuito de nos aproximarmos das teorias de tradução e, em seguida, apresentar o conceito de tradução decolonial (Fleck, 2023). Trazer essas discussões ao leitor é necessário, pois, ainda em nossos dias, a movimentação teórica precisa debater os postulados tradicionais para contribuir ao desvendamento das enraizadas ações colonizadoras, operadas desde os espaços de poder no nosso contexto e perpetuadas ao longo dos séculos, com a subsequente manutenção das influências e dos modelos forâneos postos à disposição de nosso público leitor, a seguir.

O processo de escrita das nossas literaturas precisou atravessar um caminho no qual, inicialmente, ecoou o paradigma europeu. Contudo, foi aos poucos que a consciência de estarmos diante de línguas transplantadas (Paz, 1994) saiu do torpor. Nesse conceito, Paz (1994) explica o que teria acontecido com as línguas que, nascidas em solo europeu, foram implantadas (ou transplantadas, nas palavras dele) no solo americano, a partir de 1492. Após esse ano crucial (Fuentes, 1992), de acordo com Paz (1994), esses transplantes cresceram e se transformaram em outras, já que são a mesma língua, mas, ao mesmo tempo, são diferentes em suas expressões daquelas que, a princípio, foram aqui impostas. É desse modo que, também, passado esse primeiro momento, nossos escritores latino-americanos cientes dos silêncios, das violências, das agressões que a pureza imposta esperava de nós, empenharam-se a escrever até conseguir a independência do cânone eurocêntrico pelas suas nuances híbridas e transculturais (Rama, 2008). Isto é, os latino-americanos, os herdeiros “impuros” da latinidade, aceitamos a herança, na negação ou na mais reiterada contra-argumentação, visto que nossas literaturas não foram completamente passivas, experienciaram as vicissitudes das línguas transplantadas ao envolver-se ativamente no processo e o aceleraram (Paz, 2017).

O início da escrita literária em nosso continente, aquela registrada em língua transplantada, encarou o estigma de submissão ao cânone. Isso ocorreu, sobretudo, pelas nossas diferenças de base híbrida e mestiça, que concebeu uma configuração multi, pluri e transcultural dos povos e de suas expressões na América Latina. Foi necessário empreender um trabalho de busca pelo próprio paradigma, com base na hibridação, no sincretismo, na transculturalidade e em outras peculiaridades que sustentaram nossa escrita ficcional. Houve uma transculturação narrativa (Rama, 2008) que propiciou brincar com o signo europeu (Santiago, 2000), com a

subsequente repescagem de modelos outros no esforço de aprimorar o paradigma literário e abandonar o obsoleto, para criar nossa própria expressão literária.

Esse processo de engendramento das nossas literaturas é, também, debatido pelas teorias que discorrem sobre a tradução como força modeladora dos polissistemas literários em formação. Even-Zohar (1990) e Martins (2011), por exemplo, discutem como a tradução de obras literárias estrangeiras podem chegar a preencher espaços nos sistemas literários jovens com novos modelos surgidos de outras tradições literárias. Inclusive, ambos asseveram que as traduções podem chegar a reter uma posição central no sistema jovem e subsidiar, incisivamente, para modelar novas expressões literárias nacionais. Em concordância, o estudioso espanhol, Varela Jácome (1982) sugere a existência de “modelos culturais idôneos”, modelos que podem ser livremente aceitos ou rejeitados pelo polissistema jovem.

Em nosso contexto, Del Pozo González (2024) observa como a tradição romanesca brasileira adotou o modelo do romance de folhetim francês como “modelo idôneo” para a produção nacional. As traduções dos folhetins trouxeram o gatilho inicial que incentivou a escrita de romances brasileiros. O primeiro romance francês a ser traduzido, nesse contexto, foi *Le Capitaine Paul* (Dumas, 1843). No entanto, antes deste, outros romances forâneos já eram lidos em língua estrangeira por um restrito círculo leitor oitocentista brasileiro.

A pesquisadora comenta sobre dois romances inaugurais brasileiros, o primeiro em 1843, com a obra *O filho do pescador* (1843), de Antônio Gonçalves Teixeira e Sousa e *A moreninha* (1844), de Joaquim Manuel de Macedo. No entanto, o romance de Teixeira e Sousa (1843) perdeu o *status* entre a crítica literária brasileira do século XX, por não seguir a corrente francesa, ao contrário do que se vê no romance de Macedo. Assim, sugere que a prática escritural de romances no território nacional acolheu certo tipo de modelo de romances, como *A moreninha* (1844), totalmente acríticos, necessários para o contexto sociopolítico do momento, no qual os escritores brasileiros investem em mostrar temáticas preferidas da sociedade elitizada, uma sociedade que ainda revela muitos dos princípios do colonialismo.

Igualmente, a autora menciona, no contexto da América Hispânica, nesse mesmo século, duas obras, anteriores às duas brasileiras citadas, transgressoras do paradigma imposto, *El Periquillo Sarniento* (Fernández de Lizardi, 1816) e *Xicoténcatl* (Anônimo, 1826), os dois, exemplos mexicanos são representativos do “desvio da norma”, altamente críticos da sociedade e do sistema de corrupção existente na sociedade colonial latino-americana. Esse teor discursivo, nesses romances, mostraria o início da trajetória do romance crítico no contexto

latino-americano. Ambas as produções reportam-se ao pressuposto de que o *boom* da literatura latino-americana não teria sido um acidente, mas resultado de acontecimentos escriturais que conseguiram projetar para o mundo, o paradigma latino-americano.

Outra menção é sobre o romance histórico estadunidense, *Columbus and Beatriz* (1892), de Constance Goddard DuBois que, de modo análogo às duas obras em espanhol, consegue quebrar o paradigma literário regular, por ser o primeiro romance histórico escrito por uma mulher, no âmbito da temática da “Poética do ‘descobrimento’” da América. Ao comparar as datas de publicação dos romances mencionados acima com a do romance *Úrsula* (Reis, 1859), não podemos deixar de refletir sobre como estas obras importantes, por serem transgressoras, deveriam ser conhecidas pelo seu aporte de novos modelos literários.

No entanto, todas essas obras, *El Periquillo Sarniento* (1816), *Xicoténcatl* (1826) e *Columbus and Beatriz* (1892), demoraram a ter sua tradução ao português mais de duzentos anos. Já no caso de *Úrsula* (Reis, [1859] 2021), a primeira versão ao inglês levou mais de cento e cinquenta anos. Logo, é possível afirmar a existência de uma lacuna no conhecimento da História da Literatura Latino-americana pelo leitor brasileiro e dos demais povos de língua portuguesa e, no caso do romance de Reis (1859), da História da Literatura Brasileira pelo leitor das línguas estrangeiras.

Fleck (2023) lembra que a colonialidade se valeu da Tradução, até hoje, para colonizar mentes, identidades e o imaginário latino-americano. Desse modo, a leitura de obras traduzidas acaba restringindo o leitor a certos modelos avalizados pelo poder dominante. Palermo (2018) considera, em concordância, que, no período histórico de formação das novas nacionalidades, foram escolhidos projetos de nação que, projetadas na literatura, foram fundamentais para validar identidades, línguas nacionais/oficiais, projetos políticos, pois “*las escrituras fuera de ese cuerpo así regionalizado, no encontraron reconocimiento*” (Palermo, 2018, p. 127).

Para Fleck (2023, p. 250), isso remete a uma marca do fator colonialista imposto e que ainda persiste, pois se evidencia a preferência pela tradução “de línguas europeias neolatinas e germânicas. Já a tradução de obras em línguas autóctones ameríndias, versadas às línguas europeias aqui transplantadas, são casos muito raros”. Portanto, a América Latina, que passou por um complexo processo de colonização, precisa buscar uma “desterritorialização das mentes, das identidades e do imaginário e sua subsequente reterritorialização pelos projetos decoloniais” (Fleck, 2023, p. 251). Assim, é necessário fazer o caminho contrário, no sentido de colocar nossas obras, com suas versões em línguas estrangeiras, para atualização dos

conhecimentos do que vinha sendo produzido de importante, de crítico, sendo estas escritas que não necessariamente seguiram o “modelo idóneo”.

As teorias decoloniais oferecem uma lente crítica essencial para reexaminar a tradução, permitindo-nos ver além da mera transferência linguística e adentrar nas dinâmicas de poder, nos silenciamentos e nas hierarquias impostas pelo colonialismo. Integrar a tradução nessa perspectiva implica reconhecer o papel ativo do tradutor na reconfiguração de significados e na contestação de narrativas hegemônicas. Trata-se de um ato discursivo, em que a escolha de palavras, a perspectiva de vozes marginalizadas e a explicitação de contextos culturais específicos podem desafiar as estruturas de dominação e promover um diálogo mais equitativo e inclusivo entre diferentes culturas e saberes. Ao fazê-lo, a tradução decolonial (Fleck, 2023) revela-se como uma ferramenta poderosa para a descolonização do pensamento e a construção de mundos mais justos e plurais.

Como bem nos lembra Zulma Palermo (2018), somos instados a repensar nossos espaços de reflexão transmoderna (Dussel, 2006) e a gerar pensamentos fronteiriços como *práxis* libertadoras. Este é um espaço de construção de conhecimentos compartilhados, emergindo de uma comunidade criativa que desafia as normas eurocêtricas. Mas, o que seria uma “tradução decolonial”?

Concebemos a prática da tradução decolonial como uma das atividades a serem desenvolvidas nos espaços das universidades públicas da América Latina, pois, majoritariamente, a escolha das obras a serem traduzidas, como sugere Fleck (2023, p. 256), deveria se concentrar em proporcionar a “circulação de obras nas quais esses propósitos de descolonização (desterritorialização e reterritorialização de espaços outros) sejam visíveis”. No entanto, traduções sob esse viés poucas vezes têm o apelo comercial que leve editoras privadas a financiarem essa ação, por não serem considerados suficientemente lucrativos.

Nessa empreitada decolonial, Fleck (2023), entre muitos aspectos, menciona que ações que tornam uma tradução um fazer/ato decolonial têm como ponto de partida que o tradutor precisa entender seu papel como tradutor latino-americano. Do mesmo modo, é necessário estar ciente “das desigualdades que marcaram a história das nossas produções literárias e, no processo de tradução, estabelecer a mediação entre estes polos” (Del Pozo González; Fleck, 2020, p. 23), já que nossa tradução é uma ferramenta que pode confrontar as relações de poder e, também, evidenciar a voz da cultura oprimida (Pagano, 2000). Devemos ter ciência de nosso *lócus* enunciativo, vindo do “entre-lugar latino-americano” (Santiago, 2000), a partir do qual

enunciamos, “sabemos o que traduzir, por que e para que fazê-lo” (Fleck, 2023, p. 256). Devemos criar

[...] ações de conscientização sobre a importância da tradução, sua análise linguística-discursiva, os meandros da sua tessitura – aplicação de procedimentos específicos, em especial o emprego da domesticação ou da estrangeirização (Venuti, 1992; 1995) como estratégias de passagem de informatividade de uma língua à outra (Fleck, 2023, p. 257).

Dessa maneira, concebemos essas práticas não como o exercício natural, individual, comum ao exercício profissional da tradução, mas como uma ação de pesquisa e aplicação prática de teorias realizada de forma coletiva, colaborativa, partilhada entre um grupo de sujeitos, com habilidades diversificadas para o exercício da leitura crítica, da análise literária, da prática tradutológica, da revisão textual e, finalmente, da análise da tradução.

A sequência de ações passa, assim, primeiramente pelo estudo e pela análise da obra a ser traduzida. O resultado dessa etapa deve ser amplamente discutido entre o núcleo dos sujeitos envolvidos nas duas primeiras etapas do processo e se materializar em um texto crítico e analítico sobre a obra em tradução. Esse texto será a abertura da obra na qual a tradução será publicizada.

Na sequência, dá-se início à prática tradutológica. Essa será realizada em equipe: as partes individualmente traduzidas da obra passam, em certo momento do processo, pela leitura dos demais integrantes desse núcleo duro da tradução. Juntos, os tradutores devem chegar a um consenso em relação às escolhas e às decisões tomadas frente aos desafios que o texto oferece na confecção da versão inicial do texto.

A terceira etapa consiste na revisão textual que, nesse caso, deve ser efetuada por, ao menos, três leitores especializados na língua meta ou falantes nativos dessa – com formação adequada à prática revisora –, de preferência de países diferentes nos quais a língua do texto traduzido é a língua materna dos habitantes. Esses leitores devem não apenas dedicar-se ao exercício do aprimoramento dos aspectos linguísticos, estilísticos e técnicos do texto, mas, apontar, em notas de rodapé, aquilo que no texto traduzido, na sua cultura, seria expresso de outro modo ou pelo uso de artifícios diferentes de linguagem. Tais notas, são, igualmente, incorporadas ao texto final da tradução, como vias à expansão de conhecimentos reunidos nesse exercício transcultural na qual se configura uma tradução decolonial.

A etapa final de uma tradução decolonial – que consiste na análise da tradução – deve ser realizada por uma equipe de especialistas, acadêmicos ou docentes capazes de lançar sobre o

texto um olhar crítico em relação às escolhas e aos procedimentos efetuados nas etapas anteriores. Essa equipe, entre outras atribuições, fará a verificação do tratamento dado aos marcadores culturais, a incumbência de, se necessário, sugerir a inclusão de pré e posfácios, de glossários ou mais notas explicativas e informativas ao leitor meta. Desse conjunto de ações surge, finalmente, o texto da tradução efetivada por meio da reunião de conhecimentos diversos.

Nossos sistemas literários, ainda jovens, muitas vezes se nutrem de traduções de obras estrangeiras, especialmente aquelas provenientes do Hemisfério Norte. No caso brasileiro, a literatura juvenil, em particular, depende fortemente dessas obras traduzidas. Contudo, é imperativo refletirmos sobre um fazer tradutório que atenda aos interesses específicos do contexto latino-americano. Afinal, por que não criar nossos próprios postulados teóricos se as definições existentes não satisfazem nossas demandas?

Neste artigo, focamos na tradução de uma obra-chave e no seu potencial para a descolonização do pensamento. Para ilustrar os princípios e as especificidades da tradução decolonial, selecionamos trechos representativos que evidenciam distintas estratégias de resistência textual e ressignificação cultural em *Úrsula* (1859), a partir dos critérios abaixo que foram estabelecidos pelos tradutores.

2 Da teoria à prática: parâmetros e critérios da tradução decolonial a partir das nossas experiências

A tradução, de modo geral, é uma atividade que, além de diversos outros elementos, envolve nuances culturais que contribuem para a complexidade de sua natureza. No processo de tradução de textos literários, por exemplo, os profissionais responsáveis por essa tarefa enfrentam inúmeros desafios que, quase sempre, estão relacionados às diferenças entre as línguas e culturas envolvidas.

Conforme aponta Santos (2021, p. 48), embora a comunicação entre línguas seja um aspecto claramente perceptível no processo tradutório, é necessário enfatizar que a tradução não se restringe a essa dimensão. Do ponto de vista linguístico, por meio do intertexto, estabelece-se um diálogo entre a língua fonte (LF) e a língua meta (LM). No entanto, essa relação não se limita ao plano estritamente linguístico, pois envolve, também, elementos extralinguísticos próprios de cada cultura. Dessa forma, no contexto da obra literária, a tradução não deve ser entendida apenas como simples transmissão de uma mensagem, como defendem alguns, mas, conforme afirma Berman (2007, p. 69), como uma “manifestação de uma

manifestação”. Trata-se da expressão de um mundo e de uma língua apresentados sob o olhar do Outro, carregados de traços de alteridade que se evidenciam na postura assumida pelo tradutor.

Diferentemente de perspectivas anteriores, as teorias contemporâneas reconhecem o tradutor como um sujeito ativo, que exerce certa coautoria sobre o texto de partida. Segundo Aubert (1995, p. 36), o tradutor “formula na língua e na cultura de chegada a sua leitura, a sua vivência, a sua sensibilidade, o seu texto”. Nesse sentido, o ato tradutório reflete, por meio da linguagem, aspectos históricos, sociais e culturais do contexto ao qual o tradutor pertence. Mesmo quando atua como mediador entre duas línguas que não são suas maternas, ele imprime no texto traduzido marcas extralinguísticas que lhe são próprias. Assim, a tradução passa a ser concebida como um processo de retextualização. De acordo com Costa (2005), enquanto o texto fonte não necessariamente parte de um conteúdo previamente textualizado, o texto traduzido origina-se de um material já existente, que é reinterpretado e ressignificado ao longo do processo tradutório.

Nesse ínterim, a tradução decolonial de *Úrsula* (1859), por se constituir através de uma prática coletiva, parte inicialmente do estabelecimento, entre os tradutores para língua castelhana e francesa, de critérios a serem considerados no processo. Estes foram constituídos com base nos seguintes parâmetros: I Análise: antes do início da tradução, os tradutores elencaram aspectos que deveriam ser considerados em função das especificidades da obra. Em seguida, durante o processo tradutório, observaram as nuances e a temporalidade da língua em que a narrativa se desenvolve, bem como as marcas históricas, ideológicas e culturais presentes no texto fonte. II Base teórica: os critérios também se fundamentam nos estudos que orientam a experiência acadêmica e investigativa dos tradutores. Estes atuam como professores de línguas, pesquisadores na área de tradução e possuem experiência tanto na prática tradutória quanto na análise de textos literários brasileiros traduzidos.

A seguir, apresentamos a tabela de critérios acordada entre os tradutores e suas respectivas descrições:

Quadro 01- Critérios teórico-metodológicos para uma tradução decolonial

CRITÉRIO	EIXO	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	FOCO DE APLICAÇÃO	DESCRIÇÃO	IDENTIFICAÇÃO CROMÁTICA

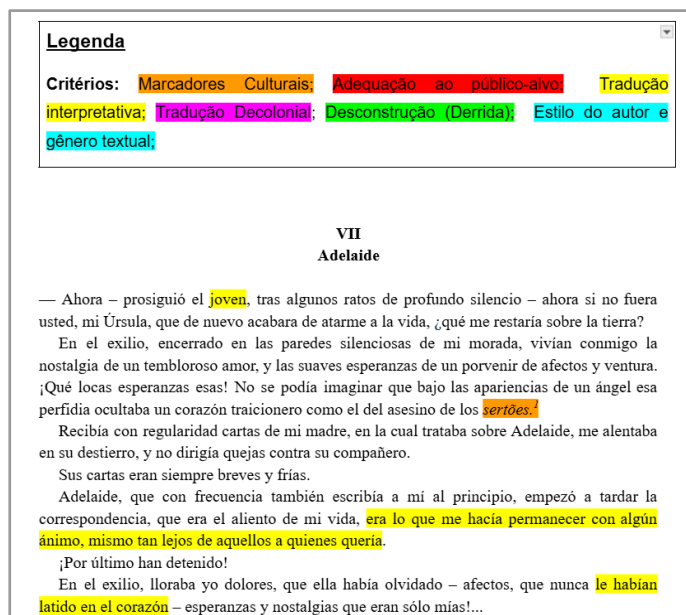
Marcadores Culturais	Linguístico / Cultural	Aubert (2006); Santos e Costa (2021); Soares (2023)	Elementos culturais do Texto Fonte	Identificação e atenção aos elementos vinculados à língua/cultura do texto de partida, cuja tradução apresenta desafios para atribuição de correspondentes.	 Laranja
Adequação ao Público-Alvo	Funcional / Comunicativo	Compagnon (2001)	Leitor e contexto da cultura-alvo	Consideração do espaço cultural e linguístico da língua-alvo e das expectativas do leitor.	 Vermelho
Tradução Interpretativa	Hermenêutico-Interpretativo	Berman (2007)	Sentido e recepção	A tradução como processo de apropriação do sentido e recepção crítica pelo tradutor.	 Amarelo
Tradução Decolonial	Histórico-Crítico / Político	Fleck (2023)	Atualização terminológica e epistemológica	Atualização de termos e conceitos do texto fonte no texto traduzido, segundo perspectivas decoloniais.	 Fúcsia
Desconstrução	Filosófico-Desconstrutivo	Derrida (2005); Arrojo (2007)	Releitura e reescritura textual	Tradução como processo contínuo de construção e reconstrução através de rasuras e reconstrução de significados.	 Verde
Estilo do Autor e/ou Gênero Textual	Discursivo-Estilístico	Maingueneau (1998)	Forma, interlíngua e posicionamento discursivo	Diálogo entre a escrita do autor do texto de partida no espaço da interlíngua, forma e gênero textual	 Azul

Fonte: Elaborada pelas autoras

Do ponto de vista metodológico, elaboramos uma tabela de cores para marcações no texto traduzido, de modo a sinalizar, de forma clara, os critérios utilizados em cada correspondência. Essa sinalização permite identificar tendências na aplicação dos critérios de tradução e facilita a discussão entre pares durante as etapas de leitura e revisão do texto traduzido. A utilização da legenda também garante uma padronização das escolhas, uma vez

que os critérios foram previamente estabelecidos por consenso entre os tradutores. Abaixo segue ilustração de como estas marcações foram sinalizadas no texto traduzido:

Figura 1. Legenda e marcações no texto traduzido.



Fonte: Acervo das autoras

No que tange às decisões tradutórias, consideramos os caminhos da domesticação e estrangeirização (Venuti, 2019). A primeira caracteriza-se por decisões que transgridem os valores linguísticos, culturais e políticos do texto fonte, adequando-o à cultura de chegada. De acordo com Venuti (2019), a tradução enquanto prática cultural envolve uma relação de dominação: “[...] forma sujeitos domésticos por possibilitar um processo de ‘espelhamento’ ou autorreconhecimento: o texto estrangeiro torna-se inteligível [para sua cultura de origem] quando o leitor ou leitora [da cultura receptora] se reconhece na tradução [...]” (Venuti, 2019, p. 157). Embora seja majoritariamente etnocêntrica e vinculada à hegemonia cultural, a domesticação pode também ser explorada de forma desconstrutiva, servindo para inovação cultural e valorização das diferenças no espaço da língua de chegada, contribuindo para práticas de decolonização da tradução.

A estrangeirização coocorre com a domesticação, pois a tradução envolve negociações entre dependências e dominações, evidenciando assimetrias culturais. Venuti (2019) ressalta que “as intenções do autor do texto fonte nunca são traduzidas na íntegra para a língua/cultura de chegada”. Essa tendência busca valorizar elementos linguísticos e culturais do texto fonte, mantendo aspectos morfossintáticos, fonológicos e semânticos, frequentemente esclarecidos

por recursos paratextuais como notas ou glossários. Ao mesmo tempo, pode expor o Outro como algo exótico, refletindo práticas de estereotipagem. Dessa forma, domesticação e estrangeirização foram aplicadas de forma complementar, conforme os objetivos e contexto cultural da tradução realizada.

3. A Tradução Decolonial do romance *Úrsula* (1859), de Maria Firmina dos Reis

A tradução de *Úrsula* (1859; 2018), para a língua castelhana, apresenta inúmeros desafios, decorrentes tanto das especificidades linguísticas do texto fonte quanto de sua densidade histórica, cultural e ideológica. Trata-se de uma obra que nos exige, enquanto tradutores não apenas competência linguística, mas, também, sensibilidade crítica diante das marcas discursivas, dos elementos culturais e das camadas simbólicas que estruturam a narrativa. Nesse contexto, tornou-se fundamental o estabelecimento prévio de critérios comuns, apresentados acima, a fim de garantir coerência metodológica, padronização das escolhas e transparência nas decisões adotadas ao longo do processo tradutório.

Como mencionado anteriormente, fizemos um levantamento das principais características do texto fonte, incluindo aspectos estilísticos, lexicais, culturais e ideológicos, que orientaram as estratégias adotadas pelos tradutores. A partir desses parâmetros, apresentamos, a seguir, alguns exemplos práticos da tradução decolonial realizada, evidenciando as escolhas terminológicas e as atualizações conceituais efetuadas. Ressalta-se, contudo, que a tradução encontra-se ainda em andamento, de modo que as análises aqui discutidas correspondem a um estágio parcial do processo, aberto a revisões, ajustes e aprofundamentos críticos.

A primeira ocorrência que apresentamos corresponde à atualização de termos históricos vinculados ao contexto de escrita da obra de Maria Firmina dos Reis. O romance foi produzido em um período marcado pela implementação da colonialidade no Brasil – ou seja, da manutenção, no período do Brasil Império, de estruturas e vias colonialistas após a independência política do território – e, por essa razão, apresenta marcas lexicais que, ao longo do tempo, foram problematizadas e superadas, como é o caso do termo ‘*escravo*’. Considerando o critério de tradução decolonial (marcação em fúcsia), que respeita os sentidos do texto fonte, mas propõe atualizações que se distanciam da ideologia colonial, optou-se, nos casos em que a palavra *escravo* aparece mencionada pela voz enunciativa do discurso/narrador, por sua atualização terminológica ‘*escravizado*’, mas, quando o termo aparece enunciado na voz de

uma personagem tipicamente escravocrata, decidimos manter o signo com sua denotação temporalmente marcada.

A decisão pela atualização do termo é uma escolha pensada na nossa leitura atualizada dos tratamentos aos indivíduos assujeitados à força nesse contexto cultural do Brasil escravocrata do século XIX. Os leitores atuais precisam lembrar que o romance de Reis (1859) encontra-se inserido nesse meio da manutenção da escravização no Período Imperial do Brasil. No entanto, é necessário tomar em conta que a escritora maranhense desenvolve seu texto com a proposta de denunciar o regime escravocrata. Dessa maneira, estamos cientes da inexistência do termo ‘*escravizado*’, entretanto, em alguns casos, permitimos usá-lo apenas na voz narradora, já que nosso narratário atual precisa se deparar com as nuances de usar ou ‘*escravo*’ ou ‘*escravizado*’. Essa escolha visa problematizar e, de certo modo, provocar o leitor, chamando atenção para as nuances históricas, ideológicas e discursivas que atravessam o uso da palavra.

Quadro 02- Ocorrência de ‘*escravo*’ na voz narradora – critério ‘tradução decolonial’ (fúcsia)

Texto fonte	Texto traduzido
A dor que eu sentira ao receber essas cartas fatais crescia e sufocava-me à proporção que me aproximava dessa casa, onde eu deixara minha desventurada mãe, pálida e desfeita, e onde ia encontrar lutuoso silêncio: e o aspecto lúgubre do escravo , que vigiava à entrada, aumentou mais essa dor profunda. Levantou-se apenas viu-me, e falou-me com voz magoada; e depois, cruzando os braços sobre o peito, aguardou mudo por uma interrogação. (Reis, 2018, s. p.).	El dolor que yo he sentido al recibir esas cartas fatales crescia y sufocabame a la proporción que me aproximaba de esa casa, en donde yo he dejado mi desventurada madre, pálida y derribada, y en donde iba encontrar el luctuoso silencio: y el aspecto lúgubre del esclavizado , que vigilaba la entrada, aumentó más ese dolor profundo. Se levantó apenas me vio, y me dijo en voz herida; y después, cruzando los brazos sobre el pecho, aguardó mudo por una interrogación. (Tradução ao espanhol, em andamento).

Fonte: Elaborado pelas autoras

Vale ressaltar que, quando há manutenção de ‘*escravo*’, este aparece com marcação tipográfica em itálico, acompanhado de nota de rodapé na primeira ocorrência. Apagar completamente os traços ideológicos do texto oitocentista não é o interesse da tradução decolonial. Assim, o signo ‘*escravo*’ não desaparece e estará presente na voz daquelas personagens que se “identificam” com a palavra, ou porque assim lhes foi designado, ou porque

a personagem pertence à elite escravocrata. Desse modo, oportunizamos ao leitor hodierno a força das discussões dentro da diegese, conforme é possível observar a seguir:

Quadro 03- Abonação- ocorrência de ‘escravo’ na voz do escravizado – critério ‘tradução decolonial’ (fúcsia)

Texto fonte	Texto traduzido
– Homem generoso! Único que soubeste compreender a amargura do escravo!... Tu que não esmagaste com desprezo a quem traz na fronte estampado o ferrete da infâmia! Porque ao africano seu semelhante disse: – És meu! – Ele curvou a fronte, e humilde, rastejando qual erva, que se calçou aos pés, o vai seguindo? Porque o que é senhor, o que é livre, tem segura em suas mãos ambas a cadeia, que lhe oprime os pulsos. Cadeia infame e rigorosa, a que chamam “escravidão”?!... (Reis, 2018, s. p.).	–¡Hombre generoso! ¡Único que supiste comprender la amargura del esclavo! Tú, que no aplastaste con desprecio a quien lleva en la frente grabado el hierro de la infamia. Porque al africano su semejante le dijo: “–¡Eres mío!””, él inclinó la frente y, humilde, arrastrándose como la hierba que se pisa bajo los pies, lo fue siguiendo. Porque el que es señor, el que es libre, tiene seguras entre sus manos las dos puntas de la cadena que le oprime los pulsos, ¡cadena infame y rigurosa, a la que llaman “esclavitud”! (Tradução ao espanhol, em andamento).

Fonte: Elaborado pelas autoras

Quadro 04- Abonação – ocorrência de ‘escravo’ na voz da personagem da elite escravocrata – critério ‘tradução decolonial’ (fúcsia)

Texto fonte	Texto traduzido
– Úrsula, – continuou – oh! Pelo céu, acreditai-me. Amo-vos. Apenas há um momento que vos conheço e parece que há um século que vos idolatro. É ardente e violento o afeto que nutro no peito. Menos puro fora ele, que, imenso como acabo de confessá-lo, saciá-lo-ia sem dificuldade. Meus escravos não estarão longe, muitos deles seguiram-me à caça: chamá-lo-ia, e vós sériéis conduzida em seus braços, apesar dos vossos gritos, e do vosso desespero, até minha casa, onde sériéis minha, sem terdes o nome de esposa. (Reis, 2018, s. p.).	Úrsula – continuó –, ¡oh, por el cielo, créame! La quiero. Apenas hace un momento que la conozco y parece que hace un siglo que la idolatro. Es ardiente y violento el afecto que nutro en el pecho. Si fuera menos puro, inmenso como acabo de confesarlo, lo saciaría sin dificultad. Mis esclavos no estarán lejos, muchos de ellos me siguieron a la caza: los llamaría, y usted sería conducida en sus brazos, a pesar de sus gritos, y de su desesperación, hasta mi casa, donde sería mía, sin tener el nombre de esposa. (Tradução ao espanhol, em andamento).

Fonte: Elaborado pelas autoras

Sublinhamos que a substituição do termo *escravo* por *escravizado* não constitui apenas uma escolha lexical, mas uma decisão de natureza ética, histórica, ideológica e decolonial. Enquanto ‘*escravo*’ tende a cristalizar a condição como identidade essencializada, transformando a violência em atributo fixo do sujeito, o termo *escravizado* evidencia o caráter processual e imposto dessa condição. Ao empregar a forma verbal derivada de *escravizar*, desloca-se o foco

da identidade para a ação, sublinhando que se trata de uma situação histórica produzida por um sistema de dominação, e não de uma característica inerente ao indivíduo.

Essa opção dialoga com perspectivas críticas e decoloniais que buscam desnaturalizar categorias herdadas do discurso colonial (Fleck, 2023). Ao dizer *pessoa escravizada*, explicita-se a humanidade do sujeito e se demonstra a violência estrutural que o submeteu à escravização. Dessa forma, a decisão tradutória não apenas atualiza, mas, também, evidencia criticamente as camadas de sentido implicadas no termo, alinhando-se aos princípios da abordagem decolonial adotada. Esta escolha – de fazer uso no texto traduzido tanto do signo ‘*escravo*’ quanto o de ‘*escravizado*’ – é por nós considerada dentro dos procedimentos utilizados na nossa prática tradutória como um dos essenciais “critérios de tradução decolonial” (Fleck, 2023).

Enquanto a outros exemplos que ilustram os parâmetros mencionados na tabela 1, temos, a seguir:

Quadro 05 – Abonação – ocorrência de critério de ‘adequação ao público’ (vermelho)

Texto fonte	Texto traduzido
Quantas vezes na infância, malgrado meu, testemunhei cenas dolorosas que magoavam, e de louca prepotência, que revoltavam! E meu coração alvoroçava-se nessas ocasiões apesar das prudentes admoestações de minha pobre mãe. (Reis, 2018, s. p.).	¡Cuántas veces en mi infancia, a pesar mío, fui testigo de escenas dolorosas, heridas por la loca prepotencia que tantas veces me indignó! Y en esas ocasiones me hervía la sangre , a pesar de las prudentes advertencias de mi pobre madre. (Tradução ao espanhol, em andamento).

Fonte: Elaborado pelas autoras

Quadro 06 – Abonação – ocorrência de critério de ‘desconstrução’ (verde)

Texto fonte	Texto traduzido
Dois anos eram já passados sobre os tristes acontecimentos que narramos, e ninguém mais na província se lembrava dos execrandos fatos do convento de *** e da horrenda morte de Tancredo. A justiça, se a pintam vendada, completamente cega ficou, e os assassinatos do apaixonado mancebo e do seu fiel Túlio impunes. (Reis, 2018, s. p.).	DOS AÑOS HABÍAN YA PASADO sobre los tristes acontecimientos que narramos, y nadie más en la provincia se acordaba de los execrables hechos del convento de **** y de la horrenda muerte de Tancredo. La justicia, si la figuran vendada, quedó completamente ciega, y los asesinatos del apasionado mancebo y de su fiel Túlio pasaron impunes. (Tradução ao espanhol, em andamento).

Fonte: Elaborado pelas autoras

Na tradução de *Úrsula* (1859), para a língua castelhana, deparamo-nos também com questões relacionadas às características da língua usual na literatura do período: o português oitocentista. Este, por sua vez, encontra-se fortemente marcado por estruturas e valores associados ao contexto colonial, tanto no plano lexical quanto sintático e pragmático. Seu uso, inclusive dentro dessas normas, constituía critério relevante para garantir a inserção das obras no contexto da tradição literária legitimada à época. Conforme aponta Casanova (2002), o mercado literário projeta-se em conformidade com as condições econômicas de cada país e a inserção da literatura dentro do cenário internacional exige-nos reconhecer as bases de funcionamento deste. Isso resulta em um acesso limitado para os escritores, especialmente aqueles oriundos de espaços ainda dominados pela herança e pela violência da potência colonial, como foi o caso de Maria Firmina dos Reis.

Entre os critérios pontuados por Casanova (2002), os quais somam-se às leis econômicas como “passaporte” ao espaço literário internacional, destaca-se o componente língua. Conforme aponta o estudioso,

[...] em virtude do prestígio dos textos escritos em certas línguas, existe no universo literário línguas consideradas mais literárias que outras e que pretensamente encarnam a própria literatura. A Literatura está ligada à língua a ponto de se identificar ‘a língua da literatura’ (a ‘língua de Racine’ ou a ‘língua de Shakespeare’) à própria literatura. Uma grande literariedade ligada a uma língua supõe uma longa tradição que refina, modifica, amplia a cada geração a gama das possibilidades formais e estéticas da língua; ela estabelece e garante a evidência do caráter eminentemente literário do que é escrito nessa língua, tomando-se por si só um ‘certificado’ literário (Casanova, 2002, p. 33).

Sendo assim, é a língua um elemento estritamente vinculado às questões sociais, pois a ela são atribuídos valores político-econômicos os quais definem seu capital literário em conformidade com o reconhecimento internacional já estabelecido e assegurado pelos textos escritos nessa língua. Além disso, a linguagem formal utilizada em *Úrsula* (1859) demarca um contexto singular nas relações interpessoais do período. O emprego do pronome vós e vosso é recorrente nas falas das personagens, especialmente quando há relações de proximidade afetiva, respeito solene ou mesmo hierarquias marcadas por convenções sociais específicas. Como é possível observar a seguir:

- Como te chamas, generoso amigo? Qual é a tua condição?
- Eu, meu senhor – tornou-lhe o escravo, redobrando suas forças para não mostrar

cansaço – chamo-me Túlio.

– Túlio! – repetiu o cavaleiro, e de novo interrogou:

– tua condição, Túlio?

Então o pobre e generoso rapaz, engolindo um suspiro magoado, respondeu com amargura, malgrado seu, mal disfarçada:

– A minha condição é a de mísero escravo! Meu senhor – continuou – não me chameis amigo. Calculastes já, sondastes **vós** a distância que nos separa? Ah! O escravo é tão infeliz!... Tão mesquinha e rasteira é a sua sorte, que... (Reis, 2018, s.p.).

No português antigo e clássico, *vós* funcionava como pronome de segunda pessoa do plural, mas, também, podia assumir valor de tratamento singular, dependendo do contexto. Diferentemente do uso contemporâneo (hoje praticamente restrito a registros litúrgicos ou literários), no século XIX seu emprego ainda carregava traços de formalidade elevada e, simultaneamente, de intimidade respeitosa. A concordância verbal correspondente ocorria na segunda pessoa do plural (“*vós sois*”, “*vós tendes*”), fato que reforçava a solenidade do enunciado. Em determinados contextos, podia igualmente marcar deferência, especialmente antes da consolidação plena de formas como “*você*” no português brasileiro. No caso de *vosso/vossa*, trata-se do correspondente usual na língua portuguesa para o possessivo de *vós*.

Tendo em vista essas questões, na tradução para o espanhol concebemos dois correspondentes principais: *usted* e, no caso do possessivo singular *vosso/vossa* utilizamos *vuestro/vuestra*, tal como os estudos de Lara Bermejo (2020) mostram, era usual na época. No primeiro caso, preservamos os aspectos relacionados à forma não marcada de cortesia, comum ao período, que acontecia, inclusive, entre amigos e familiares, aproximando-nos do valor de deferência e respeito que o *vós* poderia assumir em determinados diálogos. Como é o caso da ocorrência abaixo, cujo diálogo é estabelecido entre Tancredo e Úrsula, por quem o jovem se apaixona loucamente. O uso do *vós* por ele demarca uma linguagem formal, a qual indica seu respeito pela moça.

Quadro 07 – Ocorrência de *vós* em contexto de cortesia entre amantes – critério ‘estilo do autor e/ou gênero textual’ (azul)

Texto fonte	Texto traduzido
– Agora – prosseguiu o mancebo, após alguns momentos de profundo silêncio – agora se não fôsseis vós , minha Úrsula, que de novo acabais de	– Ahora – prosiguió el joven, tras algunos ratos de profundo silencio – ahora si no fuera usted , mi Úrsula, que de nuevo acabara de atarme a la vida, ¿qué me

prender-me à vida, que me restaria sobre a terra? (Reis, 2018, s.p.).	restaría sobre la tierra? (Tradução ao espanhol em andamento).
---	--

Fonte: Elaborado pelas autoras

Já no caso do *vuestro/vuestra* como correspondente de *vosso/vossa*, mostramos um exemplo, a seguir

Quadro 08 – Ocorrência de *vosso* – critério ‘estilo do autor e/ou gênero textual’ (azul)

Texto fonte	Texto traduzido
O segredo de minhas dores seria para sempre sepultado no mais fundo do meu coração; mas eu vos amo, e o vosso amor dá-me forças para tamanho sacrifício. Ouvi-me, pois, e perdoai-me. (Reis, 2018, s.p.).	El secreto de mis dolores sería para siempre sepultado en lo más recóndito de mi corazón; pero a usted la amo, y vuestro amor me da fuerzas para tamaño sacrificio. Ruego que me escuche, pues, y me perdone. (Tradução ao espanhol em andamento).

Fonte: Elaborado pelas autoras

Decidimos optar por evidenciar esse uso oitocentista, com o intuito de reconhecer a historicidade própria do espanhol elitizado e circunscrever o uso do espanhol peninsular como correspondente na tradução, nesses casos, já que a escritora utiliza o português peninsular na sua escrita para encontrar seu espaço de inserção e ser reconhecida e publicada pela alta sociedade. Assim, a tradução não apenas transpõe estruturas gramaticais, mas, também, evidencia a escrita da obra em um espaço profuso em marcas da segunda metade do século XIX, problematizando as hierarquias sociais, a língua de prestígio utilizada nas publicações, as heranças coloniais presentes tanto no texto de partida quanto nas tradições normativas da língua de chegada.

No romance há, também, casos de marcadores culturais (MCs) que, segundo Santos (2021), fundamentada em Aubert (2006),

[...] correspondem a unidades lexicais identificadas por meio do confronto entre línguas distintas. Nesse cotejo, tais lexias evidenciam significações divergentes que nos instigam a refletir sobre a complexidade das relações interlinguísticas estabelecidas no e pelo ato tradutório (Santos, 2021, p. 12).

Os MCs representam, portanto, elementos lexicalizados que condensam especificidades socioculturais da língua de partida, presentes no texto-fonte, e que apresentam desafios

relevantes para a atribuição de correspondentes na língua de chegada. Tais marcadores não se limitam a designações referenciais, mas mobilizam dimensões históricas, ideológicas e simbólicas próprias de uma comunidade linguística.

É o que ocorre com o MC “*sertões*” presente em *Úrsula* (1859), de Maria Firmina dos Reis. A *lexia* designa as regiões interiores do Brasil, historicamente associadas ao Nordeste. Mais do que um espaço geográfico, o signo “*sertões*” constitui um território cultural marcado pela colonização tardia, pelas secas recorrentes, por formas de vida rurais específicas e por relações sociais próprias. Na literatura brasileira, o sertão adquire valor simbólico, representando identidade, resistência e elemento central na construção do imaginário nacional.

No romance, “*sertões*” aparece no seguinte contexto e é tratado na tradução, portanto, pelo critério ‘Marcador cultural’ (laranja):

No exílio, encerrado entre as paredes silenciosas da minha morada, aí eram comigo as saudades dum estremecido amor, e as fagueiras esperanças de um porvir de afetos e ventura. Loucas esperanças eram essas! Não podia imaginar que sob as aparências de um anjo essa pérfida ocultava um coração traidor como o do assassino dos **sertões** (Reis, 2018, s.p.).

Na tradução, optou-se por uma estratégia de estrangeirização, por meio da modalidade de empréstimo linguístico, mantendo o termo “*sertões*”. Tal escolha visa preservar a referencialidade extralinguística do marcador cultural, evitando reduções semânticas que ocorreriam com equivalentes aproximativos em espanhol (como *interior*, *región rural* ou *zona árida*), os quais não abarcam sua densidade histórica e simbólica.

Para atender à compreensão do público leitor da língua de chegada, inseriu-se uma nota de rodapé explicativa, na qual se esclarece tratar-se de um espaço típico da geografia e da formação histórico-cultural brasileira. Dessa forma, a estratégia tradutória equilibra a manutenção da alteridade cultural com a mediação necessária à inteligibilidade do texto traduzido.

Em outros casos, há a aparição do referido MC em contexto de *lexia* composta, como em “*sertões da África*”. Nesses casos, observa-se que, na ocorrência específica de “*sertões da África*”, o correspondente tradutório varia entre “*sertones*” e “*interior*”. Essa oscilação decorre da especificidade semântica assumida pelo termo no contexto. Quando “*sertões*” remete diretamente ao espaço geográfico e cultural brasileiro (carregado de densidade histórica, simbólica e identitária), optou-se pela estrangeirização, com manutenção por decalque

(*sertones*), isto é, através de uma palavra emprestada da língua fonte com adaptação morfológica para atender a convenção da língua de chegada. Nesses casos, a preservação formal do termo busca manter sua referencialidade extralinguística e seu valor como marcador cultural.

Entretanto, na expressão “*sertões da África*”, o termo não designa o sertão enquanto categoria cultural brasileira, mas assume um sentido mais amplo, aproximando-se de “regiões interiores”, “territórios afastados do litoral” ou “zonas inexploradas”. Nesse contexto, a carga simbólica vinculada ao imaginário nacional brasileiro se atenua, prevalecendo um valor descritivo-geográfico. Assim, a escolha por “*interior*” justifica-se por atender de forma mais precisa ao referente espacial, evitando uma transferência indevida do campo semântico-cultural brasileiro para o contexto africano.

Já a forma “*sertones*” pode aparecer como solução intermediária, sobretudo quando se pretende manter certa marca de alteridade lexical, ainda que o referente não seja especificamente brasileiro. Nesse caso, o empréstimo funciona mais como traço estilístico do que como marcador cultural pleno.

Quadro 09- Tradução de ‘*sertões da África*’ presente em *Úrsula* – critério ‘marcador cultural’ (laranja)

Texto Fonte	Texto Traduzido
Nas asas do pensamento o homem remonta-se aos ardentes sertões da África , vê os areais sem fim da pátria e procura abrigar-se debaixo daquelas árvores sombrias do oásis, quando o sol requeima e o vento sopra quente e abrasador. (Reis, 2018, s.p.).	En las alas del pensamiento el hombre remonta a los ardientes sertones de África , ve los arenales sin fin de la patria y busca abrigarse bajo los árboles sombríos del oasis, cuando el sol abrasa y el viento sopla ardiente y abrasador. (Tradução ao espanhol, em andamento).
Túlio obteve, pois, por dinheiro aquilo que Deus lhe dera, como a todos os viventes. Era livre como o ar, como o haviam sido seus pais, lá nesses adustos sertões da África (Reis, 2018, s.p.).	Así, Túlio obtuvo con dinero aquello que Dios le había dado, como a todos los seres vivos. Era libre como el aire, como lo habían sido sus padres, allí, en aquellas áridas tierras del interior de África (Tradução ao espanhol, em andamento).

Fonte: Elaborado pelas autoras

Dessa maneira, a variação entre “*sertones*” e “*interior*” não constitui inconsistência, mas uma decisão tradutória orientada pela análise contextual de cada ocorrência.

Considerações Finais

O desenvolvimento da pesquisa permite reafirmar a relevância de *Úrsula* (1859) no cenário literário brasileiro e latino-americano. O romance de Maria Firmina dos Reis configura-

se como obra de duplo pioneirismo: primeiro romance publicado por uma mulher negra no Brasil e na América Latina e, simultaneamente, narrativa abertamente abolicionista em uma sociedade escravocrata marcada pela censura e pela exclusão sistemática de vozes dissidentes. Reconhecer esses aspectos é reconhecer a presença ativa de uma intelectual afro-brasileira que ousou escrever e publicar em um espaço hegemonicamente masculino e branco, em um contexto no qual a alfabetização feminina era restrita e a circulação de ideias críticas encontrava severas barreiras. A existência e a permanência da obra atestam não apenas resistência individual, mas a força histórica de vozes silenciadas que, apesar das tentativas de apagamento, inscreveram-se na tradição literária do continente.

Além de seu valor histórico, *Úrsula* (1859) destaca-se pela complexidade estética e política com que representa personagens negras como sujeitos de memória, afetividade e ética, rompendo com a visão hegemônica oitocentista que as desumanizava. A ainda limitada circulação internacional da obra, com apenas uma tradução ao inglês até recentemente, evidencia como as dinâmicas do mercado literário e da colonialidade do saber (Walsh, 2006) continuam a impactar a difusão de produções latino-americanas, especialmente aquelas oriundas de autorias marginalizadas.

É nesse contexto que a proposta de tradução decolonial assume relevância epistemológica e política. A iniciativa interinstitucional entre a Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste) e a Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), ao promover a tradução coletiva para o castelhano e o francês, não apenas amplia o acesso à obra, mas, também, tensiona as hierarquias linguísticas historicamente impostas. As escolhas tradutórias, como a atualização crítica do termo “escravo” para “escravizado” na voz narradora, a manutenção problematizada de marcas lexicais oitocentistas e a estratégia de tratamento aos marcadores culturais como “sertões”, por exemplo, evidenciam um compromisso com a preservação da alteridade histórica do texto e, simultaneamente, com a mediação crítica necessária ao leitor contemporâneo. Traduzir *Úrsula* (1859), sob esse viés, é participar de um movimento de desterritorialização das mentalidades colonizadas e de reterritorialização do imaginário latino-americano, recolocando no circuito internacional uma obra fundamental para a compreensão das literaturas produzidas à margem do “modelo idóneo” consagrado pela tradição eurocêntrica.

Referências

ANÔNIMO. **Xicoténcatl**: o primeiro romance histórico latino-americano. Tradução de Gilmei Francisco Fleck. Curitiba: CRV, 2020.

AUBERT, F. H. Em busca das refrações na literatura brasileira traduzida - revendo a ferramenta de análise. **Literatura e Sociedade**, [s. l.], v. 11, n. 9, p. 60-69, 2006. DOI: 10.11606/issn.2237-1184.v0i9p60-69. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ls/article/view/19741>. Acesso em: 25 jul. 2023.

AUBERT, Francis Henrik. **Indagações acerca dos Marcadores Culturais na Tradução**. São Paulo: Estudos orientais, 2006, p. 23-36. Disponível em: https://revistas.usp.br/reo/pt_BR/article/view/90699. Acesso em: 10 fev. 2026.

COSTA, W. C. **O texto traduzido como re-textualização**. Santa Catarina: Cadernos de tradução, 2005, p. 25-54. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/traducao/article/view/6656/6204>. Acesso em: 05 fev. 2026.

DEL POZO GONZÁLEZ, L. S. **O Periquinho Sarnento (2024)**: uma tradução transcultural da obra de José Joaquín Fernández de Lizardi (1816) para o português brasileiro – reflexões sobre o primeiro romance latino-americano. 2024. 1029f. Tese (Doutorado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Letras – Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, Cascavel, 2024. Disponível em: <https://tede.unioeste.br/bitstream/tede/7675/2/Leila%20Sha%C3%AD%20Del%20Pozo%20Gonz%C3%A1lez%20II.pdf>. Acesso em: 02 mar. 2026.

DEL POZO GONZÁLEZ, L. S.; FLECK, G. F. Introdução: a tradução no contexto latino-americano - vias para a descolonização - diálogos entre culturas e épocas. In: ANÔNIMO. **Xicoténcatl**: o primeiro romance histórico latino-americano. Tradução de Gilmei Francisco Fleck. Curitiba: CRV, 2020.

DU BOIS, C. G. **Colombo e Beatriz**. Tradução de Gilmei Francisco Fleck. Curitiba: CRV, 2022.

DUSSEL, E. **Filosofía de la cultura y la liberación** - Ensayos. México, D. F.: Universidad Autónoma de la Ciudad de México, 2006.

EVEN-ZOHAR, I. Polysystem studies. **Poetics Today**. [S. l.], v. 11, n. 1, 1990. Disponível em: https://www.tau.ac.il/~itamarez/works/books/Even-Zohar_1990--polysystem%20studies.pdf. Acesso em: 25 jul. 2023.

FERNÁNDEZ DE LIZARDI, J. J. **El Periquillo Sarniento**. Edição de Carmen Ruiz Barrionuevo. 2. ed. Madrid: Cátedra, 2008.

FLECK, G. F. Tradução e decolonialidade na América Latina. **A Cor das Letras**, [s. l.], v. 24, n. Especial, p. 247–267, 2023. DOI: 10.13102/cl.v24i1.9330. Disponível em: <https://periodicos.uefs.br/index.php/acordasleytras/article/view/9330>. Acesso em: 17 fev. 2026.

FUENTES, Carlos. **El espejo enterrado**. México: Fondo de Cultura Económica, 1992.

LARA BERMEJO, V. El pronombre vosotros bajo el reinado de los borbones. **Nueva Revista de Filología Hispánica (NRFH)**, v. LXX, n. 1, p. 3-26, 2022. DOI: 10.24201/nrfh.v70i1.3781. Disponível em: <https://www.scielo.org.mx/pdf/nrfh/v70n1/2448-6558-nrfh-70-01-3.pdf>. Acesso em: 01 mar. 2026.

MARTINS, M. A. P. O papel da tradução como força modeladora dos sistemas literários. In: WEINHARDT, M.; CARDOSO, M. M. (Org.). **Centro, centros: literatura e literatura comparada em discussão**. Curitiba: Editora da UFPR, 2011. p.111-125.

MIRANDA, Fernanda Rodrigues. Notas sobre o Romance Brasileiro de Autoras Negras. **Opiniões**, São Paulo, Brasil, n. 10, p. 46–56, 2017. DOI: 10.11606/issn.2525-8133.opiniaes.2017.122429. Disponível em: <https://revistas.usp.br/opiniaes/article/view/122429>. Acesso em: 11 fev. 2026.

PAGANO, A. S. América Latina, tradução e pós-colonialismo. **ALFA-Revista de Linguística**, São Paulo, v. 44, n. 1, p.157-167, 2000.

PALERMO, Z. Lugarizando saberes. In: **Cadernos de estudos culturais**. Campo Grande, MS, v. 2, p. 149-160, jul./dez. 2018. Disponível em: <https://www.periodicos.ufms.br/index.php/cadec/article/view/7774>. Acesso em: 15 jun. 2025.

PAZ, O. La búsqueda del presente. In: SKIRIUS, J. (Compilador). **El ensayo hispanoamericano del siglo XX**. 3. ed. México D. F.: Fondo de Cultura Económica, 1994. p. 431-442.

PAZ, O. **A busca do presente e outros ensaios**. Organização e tradução de Eduardo Jardim. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2017.

RAMA, A. **Transculturación narrativa en América Latina**. 2. ed. Buenos Aires: Ediciones El Andariego, 2008.

REIS, M. F. dos. **Úrsula e outras obras** [recurso eletrônico] – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2018. – (Série prazer de ler; n. 11 e-book)

SANTIAGO, S. **Uma literatura nos trópicos**. 2. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

SANTOS, A. F. **Os marcadores culturais do domínio ideológico na tradução de Macunaíma e o protótipo do glossário bilíngue**. 191 f. Dissertação (Mestrado de Estudos Linguísticos) – Programa de Pós-graduação em Estudos Linguísticos, UEFS, 2021. 191f. Disponível em: http://tede2.uefs.br:8080/bitstream/tede/1470/2/Versao_final_da_dissertacao_para_defesa__Aline_de_Freitas_Santos__Entrega__2_.pdf. Acesso em: 02 mar. 2026.

SANTOS, A. F.; COSTA, E. C. Domínio híbrido na tradução de Casa Grande e Senzala e Macunaíma. Rio de Janeiro: **Philologus**, 2021. Disponível em:

http://www.filologia.org.br/xiii_SINEFIL/completos/dominio_ALINE.pdf. Acesso em: 23 nov. 2024.

SOARES, L. S. (2021). **Los marcadores culturales fraseológicos en la traducción portugués-español en la novela Capitães da Areia**. Programa de Pós-graduação em Estudos Linguísticos, UEFS, 2021. Disponível em: <http://www.letrasespanhol.uefs.br/arquivos/File/LucianeSantosSoares.pdf> . Acesso em: 02 mar. 2026.

VARELA JÁCOME, B. **Evolución de la novela hispanoamericana en el siglo XIX**. Madrid: Cupsa, 1982. Disponível em: <http://www.cervantesvirtual.com/obravisor/evolucin-de-la-novela--hispanoamericana-en-el-siglo-xix-0/html/>. Acesso em: 25 jul. 2023.

VENUTI, L. **Rethinking translation: discourse, subjectivity, ideology**. Londres, Nova York: Routledge, 1992.

VENUTI, L. **The Translator's Invisibility: A history of translation**. London/NY: Routledge, 1995.

VENUTI, L. **Escândalos da tradução**. Por uma ética da diferença. Trad. Laureano Pelegrin, Lucineia Marcelino Villela, Marileide Dias Esqueda, Valéria Biondo. São Paulo: Editora Unesp, 2019.

WALSH, C. Interculturalidad y colonialidad del poder. Un pensamiento y posicionamiento otro desde la diferencia colonial. In: WALSH, C.; GARCÍA LINERA, A.; MIGNOLO, W. (orgs.). **Interculturalidad, descolonización del estado y del conocimiento**. Buenos Aires: Ediciones del Signo, 2006. p. 21-70.